

Estrutural busca a legalização

MINERVINO JÚNIOR

CRIADA HÁ 20 ANOS POR CATADORES DE LIXO, A INVASÃO DEPENDE DE LEI PARA GANHAR CIDADANIA E EQUIPAMENTOS

João Rafael Torres

A invasão da Estrutural, com cinco anos de história, conta com características urbanas. Apesar de não ser regularizada, a vila - como é denominada pelos moradores - possui linha de ônibus exclusiva, relógios de medição de energia elétrica na maior parte das moradias e distribuição regular de água. Na verdade, o núcleo central da invasão existe há mais de 20 anos. Nasceu com os catadores de lixo.

Em outros aspectos, como educação e saúde, os moradores ainda dependem da legalização para receber os serviços. Grande parte da demanda é atendida pelas Administrações Regionais do Guará e do Cruzeiro. A constante procura fez com que a administração do Guará instalasse uma subgerência dentro da invasão.

Atualmente, estima-se uma média de 20 mil pes-

soas morando na área, na expectativa de ganhar um lote. Para grande parte, o benefício não precisaria ser oferecido exclusivamente na área. "Tô aqui para ganhar meu lugar, não importa onde", afirmou a dona-de-casa Simone Gabriele.

Morando há três anos na invasão, Simone vive com o marido em um barraco de madeirit. "Queremos fugir do aluguel", confessa. O casal se sustenta com a oficina de bicicletas, montada na frente de casa. A maior preocupação de Simone é com a segurança. "Vou dormir com medo, sem saber se acordarei viva", contou.

O motorista Carlito dos Santos Gundim escolheu a Estrutural pela localização, próxima ao Plano Piloto. "Isso aqui só depende de melhoria. Tem tudo para ser uma ótima cidade", aposta. Morando na invasão há apenas dois meses, Gundim negocia um lote com um pioneiro, que ele preferiu não identificar.

A questão da venda de lotes é uma constante dentro da área. Durante a coleta de dados, a equipe do *Jornal de Brasília* passou por duas residências com placas de "vende-se". Nenhum dos "proprietários" foi encontrado pela reportagem.



OS MORADORES convivem com a falta de saneamento básico, infra-estrutura urbana, telefone e segurança pública

HISTÓRIA COMEÇA COM LIXÃO

ENERGIA ELÉTRICA

Os moradores das etapas mais antigas da invasão dispõem de serviço de energia elétrica, fornecida normalmente pela Companhia Energética de Brasília (CEB) há cerca de dois anos. A empresa instalou relógios medidores para cobrar o benefício dos moradores. De acordo com o superintendente comercial, Carlos Leal, a medida foi tomada para evitar danos nas regiões vizinhas, prejudicadas com ligações clandestinas.

ÁGUA E ESGOTO

A Companhia de Saneamento de Brasília (Caesb) aguarda a legalização da área para iniciar os estudos para instalação das redes de água encanada e de drenagem de esgoto. A empresa disponibiliza, em caráter de atendimento social, seis caminhões-pipa, para fornecer água potável aos moradores. Os caminhões circulam de forma sistemática, passando de dois em dois dias pelas ruas. A água é acondicionada em tambores, muitas vezes expostos sem tampas na porta das casas.

TRANSPORTE

Uma linha de ônibus (a 157.8) circula pelas avenidas principais da invasão, seguindo para o Guará. Ao todo, são três saídas diárias, de segunda à sexta-feira. A passagem custa R\$ 0,80. Para os estudantes, o DMTU criou duas linhas especiais, com destino ao Guará I e II. Os moradores também usam as linhas que seguem pela via Estrutural, no sentido Taguatinga/Ceilândia/Plano Piloto.

EDUCAÇÃO

As crianças e adolescentes em idade escolar (cerca de 3.500, de acordo com lideranças comunitárias) estudam em centros de ensino do Guará, Cruzeiro e Taguatinga. A Secretaria de Educação, responsável pelo transporte de parte dos alunos para as escolas, aguarda uma definição sobre a área para dar início à construção de uma escola. Segundo a

diretora de programação e controle do órgão, Mara Gomes, a obra depende da liberação de um terreno, depois da realização de estudos pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), que definiria o local mais adequado para a construção.

TELEFONE

A população da Estrutural depende de telefones celulares para se comunicar. A Telebrasil instalou um telefone público para o uso dos moradores, na entrada da invasão. De acordo com a assessoria da empresa, ainda não há levantamentos para a instalação de linhas particulares a curto prazo. O serviço só deve ser disponibilizado depois da regularização da área.

SAÚDE

As emergências médicas da comunidade da invasão são atendidas por duas equipes do programa Saúde da Família, cada uma composta por cinco agentes, entre médicos, enfermeiros e auxiliares. Os casos mais graves são encaminhados aos Centros de Saúde do Guará, Núcleo Bandeirantes e do Posto Urbano Lúcio Costa. As equipes também trabalham no controle de doenças infecto-contagiosas. Não há um número concreto de atendimentos mensais.

SEGURANÇA

É o ponto mais cobrado pelos moradores. Apenas um posto da Polícia Militar faz a segurança da invasão. O efetivo faz parte do 4º Batalhão. Policiais também fazem a ronda, com uma radiopatrulha. As ocorrências mais graves (como assaltos e assassinatos) são registradas na 3ª Delegacia, do Cruzeiro. Segundo o coordenador de Planejamento Operacional da Secretaria de Segurança Pública, coronel Carlos Lopes da Cunha, a área é problemática. São constantes os casos de roubos de materiais de construção nas indústrias que estão sendo construídas no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), que circunda a área.



ABASTECIMENTO de água é o maior problema

RELIGIÃO

A Vila Estrutural conta com 55 templos religiosos registrados na Prefeitura Comunitária. Entre eles, uma igreja católica e um centro espírita. Os demais são de entidades evangélicas. Algumas denominações mais populares, como as igrejas *Deus é Amor*, *Batista* e *Universal do Reino de Deus* já possuem filiais dentro da invasão.

A INVASÃO

A invasão foi originada com pessoas que catavam lixo no aterro sanitário. No primeiro cadastro de moradores, feito em 1990, foram registradas 238 famílias. Quatro anos depois, esse número passou para 528.

Durante o governo de Cristovam Buarque, os moradores conquistaram um termo de acordo, que assegurava a permanência no local, até que a questão fosse resolvida. Depois de fazer o assentamento prévio dos moradores, o governo tratou de demarcar avenidas principais, que receberam até endereço.

Depois do mandato do PT, um novo estudo constatou que a população já passava de 3.500 famílias. No atual governo de Joaquim Roriz, duas empresas do GDF já foram processadas por efetuarem melhorias para os moradores. A primeira foi a CEB, depois de oficializar o fornecimento de energia para parte dos moradores.

O governo também foi

processado pela construção da passarela, localizada em frente à invasão. A passagem de pedestres foi construída para evitar acidentes entre os moradores, que cruzavam a via Estrutural para pegar ônibus no Setor de Indústria e Abastecimento.

COMÉRCIO

A população da Estrutural é servida por comércio variado. Ao todo, são 220 estabelecimentos, entre supermercados, panificadoras e farmácias. Também há lojas de móveis, roupas, artigos para o lar, e, principalmente, materiais de construção.

Na tentativa de conseguir objetivos em comum, foi fundada em 1996 a Associação Comercial da Estrutural. A entidade conta com cerca de 120 associados. O principal objetivo é conseguir os alvarás de funcionamento, junto à Administração Regional do Guará. "Queremos trabalhar da maneira prevista em lei", afirmou o vice-presidente, Sabino Alencar.

Com seis anos na invasão, Rosimeire Cunha se considera uma pioneira do comércio. O supermercado dela está localizado na avenida comercial, que está sendo delimitada.

"Quando comecei, tomava mercadoria emprestada para vender". Hoje, a loja emprega dois funcionários, e Rosimeire não vende mais fiado. "Tenho de cuidar do progresso dos negócios", ironiza. Ela ampliou a área do supermercado com empréstimos do BRB, e quer instalar um sacolão. (JRT)

Projeto fixa residências

Deve ser votado, quarta-feira, o projeto de lei complementar nº 1.462, do deputado distrital José Edmar (PMDB), que prevê a legalização da invasão da Estrutural. Fica previsto o assentamento definitivo das residências existentes no local, que tenham área construída inferior a 250 metros quadrados. Os estabelecimentos comerciais também seriam legalizados, e receberiam alvará gratuito de funcionamento.

O projeto prevê que apenas os moradores que estão na invasão há mais de cinco anos, contados até o fim de junho de 2001, podem se tornar proprietários dos lotes que ocupam. Quem tiver outro imóvel registrado no Distrito Federal também fica de fora da lista dos contemplados.

O problema é que não há atualização dessa lista. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) nega que existam mapeamentos atuais dos invasores, o que impossibilitaria a execução do projeto. De acordo com a assessoria da secretária Ivelise Longhi, os últimos levantamentos fo-

ram feitos em 1999.

Nesta época, foram cadastradas cerca de 3,5 mil famílias. Segundo lideranças comunitárias da invasão, o número atual deve superar a marca de seis mil famílias. "A área cresceu muito. Hoje temos uma invasão dentro da invasão", contou o presidente da Associação Comunitária da Vila Estrutural, Reginaldo Araújo de Carvalho.

Ivelise afirmou que não há como assentar aquelas pessoas sem um estudo prévio. O tempo de regulamentação da área previsto no projeto (de 90 dias após a publicação da lei) seria insuficiente para que a Seduh conclua os levantamentos. "Não podemos enganar a população", confessou.

O secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antônio Barbosa, compartilha com as idéias de Longhi. Segundo ele, a Câmara Legislativa deveria ter encomendado estudos sócioeconômicos e ambientais antes da elaboração do projeto. "Não há como aprovar a legalização de uma cidade, sem avaliar o impacto que ela vai causar ao meio ambiente". (J.R.T.)

Morador teme invasão

A Associação Comunitária da Vila Estrutural se diz contra a aprovação do projeto do deputado José Edmar. De acordo com o presidente interino da entidade, Reginaldo Araújo de Carvalho, a legalização da área sem levantamentos prévios serviria para atrair novos invasores.

"Hoje, já podemos considerar que há uma invasão dentro da invasão", afirmou. Segundo ele, o número de habitantes dobrou nos últimos dois anos, e pode crescer ainda mais se o projeto for aprovado. A invasão segue na direção do Parque Nacional.

"Sempre que há uma sinalização positiva para a regularização, surgem novos barracos", contou Carvalho. Ele considera a ação como uma "jogada política". "Nessa hora, surgem vários amigos, em busca de votos", disse. Carvalho nega a possibilidade de se candidatar nas próximas eleições.

Os invasores já solicitaram estudos de impacto na área, na tentativa de adiantar o processo de regularização. "O GDF alega que não pode interferir na área, por problemas judiciais. A Justiça não se pronuncia sobre o assunto. Ficamos na indefinição". (J.R.T.)